

## O BRASIL POMBALINO NA PERSPECTIVA ILUMINADA DE UM ESTRANGEIRADO

Por **Eugénio dos Santos**

A defesa, delimitação e promoção do Brasil manifestaram-se como uma constante da política portuguesa ao longo da Época Moderna. Porém, isso tornou-se mais claro e publicamente assumido a partir do início do longo conflito europeu conhecido como Guerra de Sucessão da Espanha. A política externa delineada nesse período por D. Pedro II não deixava margem para dúvidas. Era urgente promover e defender a parcela gigantesca do território sul americano reivindicado por Portugal<sup>1</sup>. Mas essa preocupação repercutiu-se na história lusitana através de formas muito mais sistemáticas de actuação no reinado seguinte. D. João V herdara um enorme império, disperso pelo mundo, de que o Brasil se tornara, quase de um momento para o outro, a parcela fundamental, mercê do aparecimento do ouro, explorado em quantidades cada vez mais significativas. Isso exigia o reforço da organização do Estado e medidas imediatas, nos vários sectores da administração. Ao mesmo tempo era

---

<sup>1</sup> Sobre esta matéria há uma bibliografia vastíssima. Limitamo-nos a deixar aqui apenas algumas indicações.

Luis Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1957.

Idem, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra, 1990.

Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII. Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989.

José Jorge da Costa Couto, *O Colégio dos jesuitas do Recife e o destino do seu património*. Lisboa, 1990 (dissertação de mestrado, policopiada).

necessário repensar a política externa portuguesa, uma vez que o ouro americano fizera convergir as atenções de todos os países europeus sobre a corte de Lisboa. Conhecer cientificamente, povoar e delimitar o enorme território tornaram-se, pois, uma prioridade nacional inadiável<sup>2</sup>.

Porém, foi sob o governo de D. José que se procurou estruturar, de acordo com os princípios políticos do despotismo esclarecido, um verdadeiro «império luso-brasileiro»<sup>3</sup>. Nesse aspecto foi relevante, a todos os títulos, a actuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o estadista que marcou para sempre a governação nacional entre 1750 e a morte do seu soberano<sup>4</sup>. Ele é uma figura bem conhecida e polémica do nosso passado colectivo, odiada por uns, adulada por outros, sobre a qual ainda muita tinta correrá, certamente. Joaquim Veríssimo Serrão ao tentar caracterizá-lo, face à história, pergunta: «De onde vinha, pois, o génio especulativo e prático que os contemporâneos lhe reconheceram? Sem dúvida, de um conjunto de qualidades que revelou no dia-a-dia e que são essenciais num homem de Estado: boa presença de espírito, tenacidade no trabalho, finura de entendimento e rápido poder de decisão»<sup>5</sup>. As qualidades sugeridas eram próprias da índole do homem, da formação intelectual que hauriu nos estudos, daquilo que aprendera na sua actuação diplomática, tanto em Londres, como em Viena, onde terá aprimorado os seus dotes políticos vivendo de perto a aplicação dos princípios da Razão de Estado e de Bem Público. O seu casamento com Leonor Daun<sup>6</sup> abriu-lhe as portas da alta sociedade austríaca, onde as doutrinas do Despotismo Esclarecido estavam em voga.

Mas..., a nosso ver, Sebastião José de Carvalho e Melo foi, sobretudo, um homem bem aconselhado. Soube escolher e discutir longa-

<sup>2</sup> Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa, 1984.  
Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil. Expansão Territorial e Absolutismo Estatal*. Santa Maria, 1988 (vol. III).

<sup>3</sup> Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva (coordenação), *O Império Luso-Brasileiro. 1750-1822*. Lisboa, 1986.

<sup>4</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa, 1987, 2.<sup>a</sup> ed.

Idem, *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa, 1982.

Jorge Borges de Macedo, *O Marquês de Pombal. 1699-1782*. Lisboa, 1982.

Idem, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*. Lisboa, 1989, 3.<sup>a</sup> ed.

Do mesmo autor há ainda uma vasta e brilhante produção sobre esta época, cujo inventário será desnecessário apresentar.

Francisco Ribeiro da Silva, *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa, 1990.

<sup>5</sup> Cf. *História de Portugal*, cit., p. 81.

<sup>6</sup> Aliás, D.<sup>a</sup> Maria Leonor Ernestina Eva Josefa, condessa de Daun.

mente com amigos de grande experiência política e craveira intelectual. Trocara ideias nas longas noites do inverno austríaco, ao serão, sobre os mais variados assuntos, quase sempre referentes à modernização da sociedade portuguesa, ao reforço do papel do Estado, à necessidade de repensar as vias de saída da economia nacional<sup>7</sup>. E fizera-o amiudadamente com um seu compatriota, que saíra cedo do reino, singrara na vida lá longe, se tornara um estrangeirado, na plena acepção do termo<sup>8</sup>, mas nunca se alheara, nem por instantes, do seu país natal, pelo qual nutria o maior afecto e saudade. Esse homem era um iluminado e chamava-se Manuel Teles da Silva<sup>9</sup>. Não é nosso intuito traçar aqui o seu perfil, o que, aliás, está, em parte, feito<sup>10</sup>. Preferiremos destacar os seus pontos de vista relativamente ao Brasil, uma vez que nos parece que Pombal ouviu — e seguiu, mais tarde — muitas das suas sugestões, ditadas apenas por amor da pátria, à qual, aliás, nunca mais regressaria.

Lembraremos apenas que Manuel Teles da Silva era o 2.º filho do conde de Tarouca, João Gomes da Silva e de sua mulher D. Joana Rosa de Meneses, irmão do marquês de Penalva, pertencente às mais altas famílias do reino. Mas ser apenas filho segundo, mesmo de uma grande casa, não lhe agradava. Praticamente nada sabemos acerca da sua infância, que certamente passou sem ser notada. De repente, porém, ele saltou para a ribalta europeia. Aos 19 anos «fugi da caza paterna seguindo o

<sup>7</sup> «Fallo muitas vezes no pensamento com V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cia</sup>, naquelle tom e suavissima confiança, com que neste gabinete, ou no da sua poizada, conversamos os seroins...» (Carta de 16 de Dezembro de 1756).

<sup>8</sup> Cf. Jorge Borges de Macedo, «Estrangeirados», um conceito a rever, in *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, 1974, III tomo, pp. 179 e ss.

«... V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cia</sup> me parece saber hoje muito melhor, do que outrem na Patria. Depende muito a conservação, se não erro como *estrangeirado* e caduco, deste duplicado e proporcionado armamento naval e terrestre». (Carta a Sebastião José de Carvalho e Melo, de 19 de Novembro de 1756). O autor emprega também o termo *estrangeirada família*, em 30 de Agosto de 1758, embora recuse a imitação servil: «Não sejamos escravos da moda, e uzos estrangeiros». (Carta de 25 de Setembro de 1750).

<sup>9</sup> Iluminado juízo, luzes, bem como expressões semelhantes, ocorrem frequentemente ao longo da correspondência mantida entre os dois estadistas. Cf. Carlos da Silva Tarouca, «Correspondência entre o duque Manuel Teles da Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º marquês de Pombal», in *Anais*, da Academia Portuguesa de História, II série, vol. VI, Lisboa, 1955, pp. 357, 370, 376, 377, 394, 396, 415, 417. Luzes significava, no século XVIII pleno e no plano filosófico, a emancipação da razão, como única forma de se conseguir o progresso.

Cf. Georges Gusdorf, *Les Principes de la Pensée au Siècle des Lumières*. Paris, 1971, p. 294.

<sup>10</sup> Cf. Carlos da Silva Tarouca, *ibidem*.

Senhor Infante D. Manuel [irmão de D. João V]... para vir buscar a guerra e glorias della, em Hungria». Essa fuga levou os dois jovens à batalha de Peterwardin, que mais tarde ele recordará. Mas a audácia custar-lhe-ia caro: «E quando voltei a Portugal, a pedir perdão dessa travessura, me castigou El Rey com dois annos de degredo. Mas depois disso não só me perdoou, porem me favoreceu e recomendou... E ha perto de 40 annos ou de 37, não me acuzo a consciencia de crime algum, depois daquella falta purgada e perdoada»<sup>11</sup>. Terminada a campanha militar com a tomada de Belgrado, Manuel Teles acompanha o infante para Viena, onde aquele deixou ótimas impressões a Lady Mary Montague<sup>12</sup>. Da capital austríaca seguiu para a Holanda, onde passou os anos que vão até 1726, em casa de seu pai, embaixador de Portugal. A partir dos anos 30 começou, na Áustria, a fulgurante ascensão político-social do ambicioso Manuel Teles, primeiramente pela mão do imperador Carlos VI e, depois, pela da imperatriz Maria Teresa. O certo é que em 1740 ele é Presidente da Chancelaria dos Países Baixos e também Superintendente dos Edifícios da Corte, acumulando, a partir de 1745, ainda a Presidência da Chancelaria de Itália. Ei-lo, portanto, como ministro da imperatriz tanto para Bélgica como para a Itália. Servirá com a maior devoção a sua ama de cujos serviços viria a pedir escusa, que obteve, por se encontrar cansado, a partir de 1757. Entretanto, casara, em 1740, com uma princesa austríaca Joana Amábilia de Holstein, muito mais jovem do que ele, de quem teve quatro filhos, sendo três meninas e um rapaz, o mais novo, que contava 8 anos quando o pai já ia nos 62 e cheio de achaques... Por isso se preocupava muito quanto ao futuro da sua casa, comunicando-o a seu amigo Sebastião José<sup>13</sup>!

Realmente durante os anos em que este se manteve na corte austríaca cimentou-se entre ambos uma longa e frutuosa amizade, certa-

<sup>11</sup> *Cartas* de 15 de Setembro de 1765 e de 18 de Fevereiro de 1758.

<sup>12</sup> Cf. Carlos Tarouca, *idem*, introdução, p. 283.

<sup>13</sup> «Agora finalmente me quis Deus por em estado de acabar... e arrimar esta aqui nascente czinha. Para este fim e arrimo economico cuido que me seja necessario a merce d'El Rey nosso senhor, e o favor de V. Excia... V. Excia se lembrara talvez de me ter ouvido os dezejões, que eu tinha de transferir o Morgado que ahy possuo de D.<sup>a</sup> Violante Eugenia a estes payzes, adonde ha tambem o uzo, pratica, direito e jurisprudencia de morgados etc e adonde necessariamente devo estabelecer esta familia, pois que para isso principalmente se me concedeu, se não o tudo, a mayor parte do que actualmente gozamos nestes Dominios Austriacos. Eu não tenho mais do que hum filho varão, mas tenho três filhas nubeis, e todas ellas habeis a herdar o tal morgadinho, em falta de varão...». Carta de 18 de Fevereiro de 1758. Foi-lhe, com efeito, concedida autorização, mais tarde, para venda do morgadio e transferência do dinheiro para Viena. Cf. ainda a carta XXXVIII, do princípio de 1767.

mente facilitada pela identidade de variadíssimos pontos de vista<sup>14</sup>. Muito se deverá ter discutido sobre o presente e o futuro de Portugal: economia, forma de governo, cultura, indústria, navegação e defesa, povoamento, agricultura e artes, tudo está sugerido nas longas 38 cartas de Manuel Teles, escritas para Lisboa mais tarde e nas 7, quase todas autógrafas, de Sebastião José<sup>15</sup>. Trata-se de abordagens, sem rodeios, a questões do maior alcance, algumas delas de candente actualidade, como são, por exemplo, o «plano de governo superior», datado de Setembro de 1750<sup>16</sup> ou o problema da reedificação de Lisboa, na sequência do terramoto do 1.º de Novembro de 1755<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> A correspondência atesta-a, sem equívocos.

<sup>15</sup> Uma cópia deste material encontra-se no Instituto Anchieta, em S. Leopoldo, Rio Grande do Sul (Brasil), onde, pela 1.ª vez, com ela tomámos contacto, em 1990. Trata-se de um microfilme, mas, segundo parece, incompleto.

<sup>16</sup> A longa epistola, dirigida ao «Meu Amigo e Senhor do meu coração», pretende fazer prevalecer os interesses do Estado, sendo escrita precisamente quando Sebastião José chegava ao poder: «Essa [Corte] he talvez a única no mundo, em que hoje não se reconhece a utilidade e necessidade de Conselheiros secretos de Gabinete, Despacho privado, Conferências, Consejo de Noche, ou baixo qualquer outro titulo, de que exceptuarei os Gouernos em que reyna o injusto despotismo, seja por vicio do soberano ou por ambição de hum primeiro ministro. Quanto mais vivo, tanto mais reconheço que as Constituiçoens do governo não devem ser pessoais. Morre a pessoa e cahe com o ministro todo o Estabelecimento de sorte que se o successor he menos habil, falta a Constituição a todo o bom Governo... Mas, falando nos, como aqui faziamos, em verdadeiros amigos e Portugueses, que não se embaraço com subtilezas: suponhamos a raridade de sujeitos capazes, não por culpa da natureza, mas da criação nacional e... cuide V.ª Ex.ª mui deveras no que actualmente — se pode e deve praticar. E na falta do bom, empregue-se o mediocre... Mandem se Ministros e aprendisses as principais Cortes, sem que para isso haja de despenderse tanto, como somente em Roma custarão Clerigos, Mossos de Coro, aprendisses de Ceremonias... V.ªs Ex.ªs saberão porem se ha todavia equilibrio nas rendas ecclesiasticas e seculares. Aqui pagão os bens da Igreja tudo o que pagão os outros...».

Tudo isto é tanto mais sintomático quanto sabemos que ele se confessava constantemente católico convicto e costumava todos os anos fazer um retiro, mesmo entre os jesuítas.

<sup>17</sup> Na epístola de Viena, datada de 22 de Fevereiro de 1756, afirma que não quer, nem pede resposta, adiantando, contudo, o seu ponto de vista: «Lembrome, que naquellas suavissimas conversações familiares, em que empregamos, para mim utilissimamente, alguns seroins, discorremos da povoação de Lisboa, e dos augmentos ou extensão da cidade...; e com o pouco de luses que nisto me deixou V.ª Ex.ª, discorrendo materialmente haverá quazi dois meses, com o Marques meu irmão, em carta familiar, lhe disse, que me parecia conforme à regia providencia, bondade e equidade, preferindo sempre o publico, e favorecendo, quanto seja possivel, cada particular, ordennar de tal modo a proxima reedificação de Lisboa, que se emmendem muitas das antecedentes defformidades e desconcomodos, principalmente nos Bairros antigos, donde as ruas estreitissimas e tortuozas são igualmente feias e noscivas athé

Esta correspondência traduz ainda o clima de óptimo relacionamento entre os dois estadistas, começado em Viena, em 1745 e mantido durante mais de uma década<sup>18</sup>, o qual, contudo, arrefeceu progressivamente a ponto de, a partir de 1758, a linguagem epistolar ter mudado de tom e se ter tornado muitíssimo mais espaçada. Para isso contribuíram, sem dúvida, as medidas drásticas e autoritárias tomadas por Carvalho e Melo contra muitos membros da alta nobreza, alguns deles familiares directos de Manuel Teles, o qual não podia deixar de sentir-se atingido, mesmo indirectamente<sup>19</sup>. Entre 1760 e 1770 apenas duas cartas escreveu o duque, de Viena, para Pombal e ambas por uma razão pontual<sup>20</sup>. Teles da Silva viria a falecer em 1771, pouco antes da morte política do autoritário ministro de D. José, mas já cerca de 5 anos antes haviam acabado as missivas entre ambos. Delas ficaram, contudo, utilíssimas indicações acerca da América Portuguesa, datadas do período do diálogo

---

para a saúde. Respirasse mal e servesse muito mal o publico, não sem risco continuo dos viandantes ou passantes, e muito nos accidentes de fogo etc. Oporse-ha a esta primera ydea o dominio particular e propriedade dos donos do cham ou fundo... Tocará isso a legislação suprema... E não cançarei a paciencia e attenção de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cia</sup>, discorrendo miudamente sobre as terriveis antigas subidas do Xiado, Pé de Navais e outras... Mas dir-lhe hei, com a solita, amigavel confiança, que fazendo esta memoravel reedição huma epoca importante na futura historia de Joseph Magno e Justo, he digna de toda a attenção, habilidade e Inteligencia do seu Ministerio. Quem fas de novo, ou cria, parece não so licitamente authorizado a novos planos e leys, mas tambem responsavel do acerto delles, e bom raciocinio dellas».

Como se pode inferir destas palavras, tanto Pombal como o seu confidente vienense estavam bem imbuidos pelos princípios culturais das luzes e a reconstrução da cidade baixa de Lisboa não resultou de decisões pessoais pouco amadurecidas. As preocupações dos dois homens haviam antecipado possíveis soluções para problemas evidentes no Portugal da 2.<sup>a</sup> metade de Setecentos. E Manuel de Maia, o famoso engenheiro militar encarregado da supervisão das obras de reconstrução conhecia as ideias-chave de Pombal acerca do assunto. Cf. Eugénio dos Santos, *Manuel da Maia, O homem e a obra*. Porto, 1987.

<sup>18</sup> São disso prova as cartas datadas de 1756, onde Teles da Silva trata Sebastião José como «o melhor, em todo o sentido, dos amigos», ou «Meu Amigo e Senhor do meu coração». Na de 3 de Novembro de 1755, dirá: «Por isso mortefico em mim o dezejo ou millhor dissera paixão, de conversar por esse modo [por carta] com V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cia</sup>».

<sup>19</sup> É o caso, por exemplo, de D. Manuel de Sousa, cuja mulher era irmã de Joana Amabilía. O fidalgo viria a morrer na torre de S. Julião, mesmo antes de ser julgado. Sebastião José, na última carta escrita para Teles da Silva inculpa-o, baseando-se «sobre juridicas e concludentes provas». D. Manuel «entra na amizade e união com o malvado Joseph Mascarenhas, quando Duque de Aveiro, sendo hum dos seus mayores confidentes. Como tal foi necessariamente prezo, com toda a inexplicavel dor do meu coração, que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cia</sup> crerá facilmente, sem que se possa comigo enganar». Cf. Carta de 3 de Maio de 1759.

<sup>20</sup> Uma de 1765 e outra de 1767, suplicando a resolução do problema do morgado. Cf. infra, nota (13).

mais franco, cordial e esclarecido de ambos os interlocutores. Através dessa troca de ideias podemos ir percebendo as várias etapas da governação pombalina relativamente ao Brasil e o que os europeus imaginavam ser — ou poder vir a sê-lo — a nova potência portuguesa do continente sul americano. Ela era verdadeiramente o eixo — e o motor — da administração do vasto império ultramarino luso, disperso pelo mundo. Pombal recebia, assim, da Áustria os ecos das sensibilidades dos europeus relativamente ao Brasil, pela via do seu amigo e confidente. Desse modo estava melhor preparado para agir, com eficácia e oportunidade. E fê-lo, como sabemos, embora de forma discutível, em muitos aspectos. Não nos compete, porém, a nós julgar, mas tentar compreender e explicar. Sigamos, pois, os dados dessa valiosa correspondência.

O primeiro comentário ao Brasil encontramos-lo na carta de 12 de Agosto de 1752, onde Teles da Silva repercute uma imagem grandiosa e extremamente optimista acerca «daquelle vasto e rico continente», como parece ter sido corrente designá-lo na época<sup>21</sup>, querendo-se com isso sugerir, simultaneamente, grandeza, variedade, desconhecimento exacto e potencialidades insuspeitadas<sup>22</sup>. A abordagem do assunto surgiu na sequência do envio para Viena das cláusulas do tratado de Madrid de 1750, com autorização do rei D. José. Como sabemos, um dos primeiros e mais candentes problemas que caiu na alçada do novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Gente de Guerra foi precisamente a execução do tratado de limites ou de Madrid. Carvalho e Melo desconfiava das reais intenções do governo de Espanha e decidiu agir de forma que Portugal não viesse a ser prejudicado. A entrega da colónia do Sacramento não lhe agradava, tanto mais que ele previa que surgisse resistência por parte dos habitantes dos Sete Povos à sua transferência incondicional para Portugal. Por isso o nosso embaixador em Madrid recebeu instruções para agir no sentido de que, de imediato, fosse firmado um documento suplementar em que, de forma inequívoca, se garantissem os direitos de Portugal aos territórios das missões. E, de facto, em 17 de Janeiro de 1751, foi celebrado um convénio adicional entre os dois governos em que ambos se comprometiam ao uso da força, se os índios resistissem à rigorosa aplicação das medidas previstas no tratado<sup>23</sup>. Nesse

---

<sup>21</sup> A palavra *continente* ocorre por mais do que uma vez na correspondência de comerciantes da praça do Rio de Janeiro, em cartas tanto para Lisboa e Porto, como até para outros representantes seus dispersos pelo espaço português da América, nas décadas que vão de 1756 até 1772. Cf. *Copiador de cartas do Rio de Janeiro para Minas e Portugal*. Em carta de 19 de Novembro de 1756, escreve Teles da Silva: «no vasto, rico e fértil continente do Brasil...».

<sup>22</sup> Cf., por exemplo, Carta de 19 de Novembro de 1756.

<sup>23</sup> Cf. José Jorge da Costa Couto, cit., pp. 53 e ss.

mesmo ano de 1751, o Secretário de Estado enviava ao comissário régio para a região sul do Brasil, Gomes Freire de Andrade, duas cartas secretíssimas nas quais lhe dava conta das suas fundadas apreensões quanto às cláusulas do tratado que eram, a seu ver, lesivas dos interesses portugueses, os quais o anterior gabinete não acautelara convenientemente. Por isso Sebastião José não via com bons olhos a entrega da Colónia, pois sabia que ela era uma ponta de lança de antigos e modernos interesses portugueses no estuário platino e zonas adjacentes. Aliás, era idêntico o sentimento dos comerciantes cariocas, manifestado uns anos mais tarde a propósito desta magna questão luso-espanhola. Com efeito, os homens de negócios do Rio de Janeiro estavam, há muito, habituados a receber de Portugal, sobretudo através da barra da cidade do Porto, manufacturas, géneros alimentares, tecidos, vinhos, aguardentes, vinagres, que mandavam regularmente, em barcos, para a Colónia, onde tinham os seus agentes. Aí eles eram trocados por pesos, especialmente em períodos em que o fluxo comercial com Minas, S. Paulo, Goiás, Mato Grosso, diminuía sensivelmente. A Colónia e o seu interland eram, portanto, um mercado alternativo da maior importância para a praça do Rio de Janeiro, que a execução do tratado praticamente fecharia. Por isso os comerciantes cariocas estavam cépticos quanto aos seus efeitos. Afirmou-o o negociante António Pinto de Miranda, em carta de 17 de Setembro de 1757, por estas palavras: «Agradeço a V.M.<sup>e</sup> as novidades que me dá do Snr. General de que este se tinha retirado para os domínios de Portugal, cuja resolução bem pronostica o que muitos e eu com eles têm profetizado de que tais miçõins nunca se entregarão». E mais tarde, em carta a seu irmão Baltasar, forte comerciante da praça de Lisboa, refere: «O negocio para a Colonia continua como dantes..., daquela praça vierão cartas com a noticia de ser chegado a Boynos Ayres hum chasque de missões... e tão bem assim que chegara as dittas missoens o general Dom Pedro Ceballos quizera entregar ao Nosso [Gomes Freire de Andrade] as sete missoins, digo povos, que pelo tratado pertence a coroa de Portugal. Porem este recuzou tomar conta dellas dando por desculpa que como (h)a muito tempo não tinha noticias e ordens do seu soberano as não recebia e que thé lhe não chegarem se retirava à Fortaleza do Rio Jacuí, a dominios del Rey seu amo e sendo assim como na verdade o hé de que se tem retirado, se vay descobrindo o enredo da miada ou engano que se nos fazia que (h)a muito tempo estava claro, digo, havia quem dizia estava claro, asim conforme o que se mover na Europa viremos a ficar como estavamos, menos a medição das terras que está feita, ou se inda teremos algum sarao para dansar o samba...»<sup>24</sup>. Aos seus procuradores e

---

<sup>24</sup> Cf. *Copiador de cartas do Rio de Janeiro para Minas e Portugal*.



amigos da Colônia solicitava António Pinto de Miranda o envio de géneros e plantas exóticas de Tucuman, Potosi, Lima, para embelezar uma xácara nos arredores do Rio. A aplicação rigorosa das cláusulas do tratado colidia, pois, com hábitos e interesses estabelecidos de ambos os lados.

Eis a razão pela qual o duque Manuel Teles da Silva, ao ler o articulado do tratado, escrevia ao seu amigo: «...ainda que sou mao geographo, alguma idea me formaria daquella mesterioza negociação, que não posso, nem devo aprovar as cegas, nem aplaudir por comprimento ou veneração»<sup>25</sup>. Para esse português residente em Viena, Portugal só poderia retomar a sua antiga grandeza se investisse fortemente na Marinha («armada e comerciante»)<sup>26</sup>, no Comercio, sobretudo de «tabacos e assucres»<sup>27</sup> e na «pouvação do Brazil, adonde os Reys de Portugal podem vir sucessivamente a ter hum Imperio, como o da China, e ainda mayor que a França, Alemanha e Hungria, unidas se fossem em hum so corpo»<sup>28</sup>. Lamenta não possuir um mapa actualizado do Brasil e, portanto, não poder calcular, com um mínimo de exactidão, a espantosa grandeza do seu território, compreendido, grosseiramente, entre «o Cabo do Norte, até o Porto de S. Pedro»<sup>29</sup>. O conselho mais insistente que fornece ao seu «amigo e Senhor do meu coração» é povoar, povoar... Assimilando Carvalho e Melo a Colbert, como dirá mais tarde<sup>30</sup>, acrescenta: «Dizem porem, que havera em Portugal dois milhoens de almas, e poderia nesta proporção haver 60 milhoens na America Portugueza... Todos convem, que a Povoação he o fundo mais seguro de riqueza e forças dos Estados. Algum soberano a deve começar a estabelecer com boms e solidos fundamentos: seja pois esse el Rey que Deos guarde»<sup>31</sup>.

A seguir recomenda a reorganização da indústria, à qual Pombal tanta atenção virá a atribuir<sup>32</sup>: «E não he necessario ter mayor continente em Europa; o que he absolutamente precizo, he a industria, como tantas vezes V. Ex<sup>cia</sup> reflectiu, e me ensinou o muito que podiamos utilizar no comercio das nossas proprias Collonias ou Conquistas: Cuidemos pois em pouvoalas de qualquer modo que seja. Moiro, branco, negro, indio, mulatico, ou mestiço, tudo serve, todos são homens, são bons se os governão ou regulão bem e proporcionadamente ao intento. Se houver muita povoação, haverá muita lavoira, muito gado, e crias, tudo custará

<sup>25</sup> Cf. *Carta* de 12 de Agosto de 1752.

<sup>26</sup> Cf. *Carta* de 25 de Setembro de 1750.

<sup>27</sup> Cf. *Carta* de 30 de Setembro de 1750.

<sup>28</sup> Cf. *Carta* de 12 de Agosto de 1752.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> Cf. *Carta* de 19 de Novembro de 1756: «O nosso [Colbert] que he V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cia</sup>...».

<sup>31</sup> *Carta* de 12 de Agosto de 1752.

<sup>32</sup> Cf. Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica no tempo de Pombal*, cit.

menos aos Portugueses, e aos Estrangeiros, a quem não poderá tornar a conta, nem lavar, nem comprar mais caro noutra parte. Sobretudo ganhará a Fé em Nosso Senhor Jesú Christo e haver(a) tantas mais almas para o Ceo, ainda quando somente se faça reflexão as crianças que morrem bautizadas. Haja muitos cazamentos, e pouquissimos ventres inuteis»<sup>33</sup>.

Um pouco mais adiante insiste: «Voltando outra vez a vella para o Brazil, pareceme, que todos os Allemaens podem aly ser convenientemente estabelecidos... V. Excia saberá, melhor do que eu, a quantidade de Collonistas Allemaens<sup>34</sup>, que os Inglezes vão mandando para a América, mas não são Catholicos, e não me quizera embrulhar com a Santa Caza neste ponto... haja muito em boa hora huma so Religião, que he a Catholica. E quanto for possivel, huma so lingua e pera isso muitissimas escolas, nenhuma Universidade, nenhum novo convento e severamente limitado o numero de Frades e Freiras delles...»<sup>35</sup>. Teles da Silva é bem um iluminista quanto à importância que confere à educação de base do povo, ao papel dos religiosos e... ao rigoroso controle do pensamento nas universidades! Uma vez que isso era impossível, no Brasil, não queria lá nenhuma. Como, de facto, não houve.

Nesta importantíssima missiva a Carvalho e Melo o duque aborda um assunto de vital importância no âmbito da governação pombalina, designadamente no que concerne o Brasil: a questão dos jesuitas. Também neste ponto Teles da Silva mostra-se um político hábil, clarividente, bem informado. Portugal dispõe de recursos limitados, portanto deverá usá-los o mais adequadamente possível. É urgente povoar a terra e preferível «multiplicar a pouvoação, estabelecer muitas, ainda que pequenas, do que grandes e poucas: Os homens tem algo dos animais, que [se] multiplicão, não só à proporção da bondade dos pastos, mas conforme a extensão do terreno». E os jesuitas? O regulamento das suas missões é uma questão de Estado. Este aplicar-se-à às demais ordens. Os inacianos e as suas missões podem (e devem) ser muito úteis a Portugal, pois aos castelhanos «opporemos os nossos, com mais vantagem, a meu ver, do que boas tropas». Estas também são necessárias em «mayor numero em todas as Capitánias, e tão bem no Certão, principalmente na

---

<sup>33</sup> Cf. *Carta* de 12 de Agosto de 1752. Voltará ao assunto, com a mesma ênfase, na carta de Novembro de 1756, onde afirma «querer fazer de tão diversos salvages Tapuyas, Negros, Mulatos, huma China do Brazil! E contudo, não seria absolutamente impossível».

Pombal, no ponto 33 da 1.<sup>a</sup> Carta secretíssima a Gomes Freire de Andrada, usa praticamente a mesma estratégia e argumentos para promover o povoamento do Brasil.

<sup>34</sup> Isto é, colonos.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

raya, ou confins mais expostos ou accessíveis a Castellhanos». Preocupava-o profundamente a questão dos limites da soberania luso-castellhana na América e não era viável reclamar espaços vazios, sem marcas claras de soberania portuguesa<sup>36</sup>. Os missionários, nesta perspectiva, eram bem-vindos: «Da volta dos Missionários pouco há que temer, e bom seria que entre eles houvesse Mathematicos, Geografos, etc.,... Como os clérigos e frades são Portuguezes, vestidos de outro modo, pouco me importaria da sua riqueza, se a defendessem exactamente no Estado, e se os fundos não fossem de terras immensas, que ficando em mãos mortas sahem do trafico civil. Se o Exército Ecclesiastico for pouco numerozo e mui repartido naquelle vasto continente, menos resistirá ao secular traficante e civil. E porque não haverá nesse novo império hum novo Codex Braziliانو, ordenaçõens particulares, e por assim dizer, territoriais daquelle Estado e Conquista?»<sup>37</sup>. Por que é que Teles da Silva se preocupava tanto com a América Portuguesa? Ele próprio responde: «Todos estes bons ou maos pensamentos são fruto da lição do Trattado que V. Ex<sup>cia</sup>, por mercê especial de Sua Magestade Fidelissima, me comunicou; e fruto no que talvez pode ser bom das *luzes* que aqui me quiz dar». Carvalho e Melo, ao enviar-lhe as cláusulas negociadas com Madrid, acerca das fronteiras mútuas na América, deve ter-lhe solicitado um parecer. E o duque não o regateou. Expôs sem rodeios o seu pensamento, deixando transparecer claramente a sua adopção das teses políticas do pensamento iluminado do seu tempo. São disso prova estas palavras: «Nenhuma destas ideadas disposiçoens requer necessariamente estrondo, *basta muita reflexão e equidade no ordenalas* pouco a

<sup>36</sup> «V.<sup>a</sup> Ex.<sup>cias</sup> lá verão [no Amazonas] e farão o melhor, e conhecerão como e quando se hão de assegurar as fronteiras, e adonde seja necessário pôr numero competente de troppas e algumas boas fortalezas, que serão tão precisas, quanto for mais conhecido, cultivado, e praticado o certão e os limites. Aly nas fabricas, cuja execução pede menos arte e ensino como fossos, transportes de terra, canais, abrir caminhos, etc. creyo que muitos dos nossos Tapuyas poderão trabalhar, e a pouco custo, adquirirmos outros, mesmo dos matos; e demarcação Castilhana: o bom tratamento e administração fará muito. E torno a dizer, que a Pouvoação he ao meu fraco entender, o tudo: não servindo de nada muitas mil legoas de dezertos, nem se podendo sem homens, deffender as fronteiras e passos».

A este propósito, é fundamental recordar o ponto 35 da 1.<sup>a</sup> carta secretíssima de Pombal para Gomes Freire. A identidade de pontos de vista de Teles da Silva e de Carvalho e Melo é impressionante. Cf. José Jorge Couto, *cit.* pp. 63 e ss.

Terá sido por isso que se construíram tantos fortes e fortalezas ao longo das fronteiras, quer marítima, quer terrestre, na 2.<sup>a</sup> metade do séc. XVIII? Cf., a este propósito, os trabalhos do Prof. D.<sup>or</sup> Arno Kern, da P.U.C. (R.S.).

<sup>37</sup> Carta de 12 de Agosto de 1752.

<sup>38</sup> *Ibidem*. Itálico nosso.

pouco e *grandissima firmeza na execução*»<sup>38</sup>. A magna questão fronteiriça, especialmente a amazônica e riograndense, implicava forçosamente a questão das missões jesuíticas, como é evidente. Mas não apenas. Também era preciso contar com as franciscanas e carmelitas, especialmente a norte. E elas eram fundamentais, porque além das suas funções espirituais unanimemente reconhecidas, ajudariam o poder civil na tarefa de cultivar, povoar, fixar e «civilizar» vassallos, nesses vastíssimos territórios disputados. Mas sempre teriam os seus responsáveis que obedecer aos superiores interesses e orientações do Estado<sup>39</sup>. Era ele, em última análise, quem melhor conhecia as questões e dispunha dos meios e autoridade para as resolver. Nessa ordem de ideias se pronunciava Teles da Silva: «Parece-me pois, hindo algo às cegas, que no que asseguramos de tão dilatado certão [do Amazonas], fazemos o ganho de Matto Grosso, e outros que não acho nos mapas e quero supor que se compensa bem o que se perde nas Missoens dos Carmellitas [cedidas a Espanha], supondo que sempre por aly nos fica aberto o resgate da Prata, e ventagens do comercio oculto, posto que bem expressamente defendido. O que não posso julgar, he se nos fica bem compensado o risco das Minas Grandes, e entrada da parte do Uruguay, etc., adonde note bem sempre meu Pay, que Deos haja, teme muito das pouvaçoens multiplicadas e estendidas pela boa direcção dos Gezuitas: Se aly ficamos racionavelmente assegurados, pode todavia sernos ventagioso o Trattado; principalmente se muy deveras e com todo o empenho se cuidar na pouvação, e começar logo pela parte mais importante...»<sup>40</sup>.

Em carta escrita dois dias após o terramoto de Lisboa, mas ainda sem dele ter conhecimento, Teles da Silva, informado pelo embaixador de Portugal Ambrosio Pereira Freire, pronuncia-se acerca da criação da Companhia do Grão Pará-Maranhão, cujos objectivos fulcrais eram a introdução de negros na região, com a finalidade de serem cultivadas as terras imensas e, ainda, o fornecimento de mão de obra às Minas do Mato Grosso. Assim se salvaguardaria a liberdade dos índios, constantemente ameaçados pelos senhores de engenho e fazendeiros da região. Às sugestões apresentadas por Francisco Xavier de Mendoça Furtado, governador do Grão Pará e Maranhão a seu irmão, Sebastião José associou outras, de grande alcance nacional: combate ao contrabando, fomento da zona e sua integração rápida nos mecanismos do comércio português, ocupação e conhecimento do território, reforço da burguesia nacional. Em Maio de 1755, o rei autorizara a criação da Companhia, cujo conhecimento foi tornado público a 6 de Junho, data do aniversário de D. José. Terminava

<sup>39</sup> Cf. José Jorge Couto. *Ob. cit.*, pp. 76 e ss.

<sup>40</sup> *Carta*, de 12 de Agosto de 1752.

ali a liberdade de comércio e era instituído o regime de monopólio, o que irritava muitos dos agentes tradicionais da economia local, inclusive a vice-província da Companhia de Jesus. Sabemos como esta actuou, desafiando a autoridade real e, por isso, como foi violenta e drástica a repressão real. Muitas vontades e princípios contrariavam a Companhia. Mas alguns também a apoiavam sem reservas. O duque, um destes, escrevia: «Li... o tocante a Companhia do Maranhão ou Gram Pará, e me parece tão boa, que logo me interessaria na mesma, se os meyoys para isso me bastassem aqui... Como nada ou pouquíssimo prezumo das proprias luzes, recorre neste ponto a minha avelhantada memoria as de Menistros antigos e melhor iluminados. Lembrome das que o Conde da Ribeira me fes em grande parte ver em Pariz, haverá 37 annos, sobre a marinha a estabelecer principalmente no Maranhão, adonde, conforme o vasto projecto daquelle nosso Embaixador, seria o primeiro ou mayor Arsenal dos Navios de guerra...». Como se vê, o projecto quanto à bacia amazónica, era já antigo e muito ousado<sup>41</sup>. Portugal precisava de alargar a sua força e influência nos mares e, nesse aspecto, o Brasil era-lhe indispensável. Masurgia desenvolvê-lo. E se isso era aconselhável em todas as circunstâncias, mais parecia ainda agora, ocasião em que o terramoto de 1755, enfraqueceu a força lusa aos olhos de muitos. «Não presumo tanto de mim, nem tão pouco desse prudente Menisterio,... mas em bom e velho Luzitano dezabafo com V. Ex<sup>cia</sup>, dizendo lhe e não lembrando lhe, que muito importaria o esforço de fazer promptamente partir algumas naos e tropas para o Brazil, antes que novas encarecidas deste dezastrre fação impressoins aly, que he incomparavelmente melhor prevenir do que remediar. Posso enganar me, ignorando o estado actual das forças e Capitánias do Maranhão, Pará e outras athe o Rio de Janeiro, Santos, e outras partes, como a nova colónia, e paragens actualmente em disputa e adonde maliciosamente se fará avultar a disgraca e supostas consequências della»<sup>42</sup>.

Teles da Silva recusava-se a pensar num Portugal reduzido, exclusivamente, às suas dimensões europeias. A força, prestígio e prosperidade dos países e regiões constituem fenómenos cíclicos e rotativos, como parece teimar em ensinar a filosofia da história<sup>43</sup>. Agora, as

---

<sup>41</sup> Cf. Transcrição da sequência do documento no apêndice.

<sup>42</sup> Cf. *Carta*, de 4 de Dezembro de 1755. Constava em Lisboa que, perante o perigo e ameaças iminentes de novos abalos, o rei D. José planeava instalar-se no Brasil, escolhendo para residência o Maranhão.

<sup>43</sup> Gian Battista Vico publicara, em 1725, o seu famoso trabalho intitulado *Principi di scienza nuova d'intorno alla comune natura delle nazione*, onde enunciou a famosa tese dos avanços e retrocessos (*corsi e recorsi*).

ciências, a economia, a ordem, a cultura, brilham na Europa, «como primeiro brilharão na Azia, na Affrica, Egipto e Carthago. Podem consequentemente brilhar na America daqui a alguns seculos, e em cada uma das tres partes do mundo antigo tornar o que ja houve de poder e de mudanças, como dizem historias velhas, e como talvez o dirão outras da vastíssima America, novamente conhecida e pouquissimo civilizada... Juntando cabos, e não me attendo a profecias, digo familiarmente a hum amigo honrado, que o P. Vieyra tinha em parte razão, se na riqueza, pozição e vasto do Brazil, fundava as esperanças da Monarchia Luzitana...». O grande rival do nosso país era a Espanha que, se pudesse juntar o Brasil aos seus imensos domínios ultramarinos, se tornaria a maior potência europeia. Para contrariar o seu poderio só duas soluções se apresentavam: um exército poderoso, treinado, vigilante e bem colocado e um comércio forte, concorrencial, marítimo, ligando todas as parcelas do território. O Brasil com «tão diversos salvages, Tapuyas, Negros, Mulatos» pode vir a constituir um império como o da China antiga. O fundamental é investir nele rapidamente, «pois que parece que so agora se cuida»<sup>44</sup>.

As despesas que isso acarretaria a Portugal seriam de pouco significado, em comparação com as vantagens futuras. O melhor investimento de todos seria, contudo, o humano. Sem quadros superiores capazes, nunca o Brasil poderia desenvolver-se rapidamente. Parecia-lhe, nessa perspectiva, «que se dobrassem e tresdobrassem salarios a menistros optimos para aquelle estado; como a todos os governantes, subalternos e Capitains Gerais etc., de sorte, que athe os milhores entre os Vassallos de S. M. Fedelissima podessem aspirar aos respectivos empregos no Brazil»<sup>45</sup>. Pombal parece ter escutado os conselhos do seu fiel amigo, pois empenhou-se em escolher para o vice-reinado do Brasil homens da mais alta craveira, bom senso e lealdade<sup>46</sup>.

Em Abril de 1758 o duque voltará a abordar uma questão de gritante actualidade: a «Guerra Americana e Jezuitica», cujos ecos tinham apai-xonado o velho continente. Como sabemos, os inacianos decidiram não

<sup>44</sup> Carta, de 19 de Novembro de 1756.

<sup>45</sup> Durante o período pombalino o Brasil foi governado por uma pleiade de notáveis estadistas «figuras da alta nobreza, distinguidas com os títulos de conde ou de marquês e recrutadas na carreira das armas... Pode afirmar-se que foram, de maneira geral, pessoas de craveira militar e administrativa. «Cf. J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, cit. p. 180. Está ainda por fazer um estudo completo e comparativo sobre os altos funcionários da administração portuguesa no Brasil, sobretudo no século XVIII, como sugeriu já o nosso colega Prof. Caio Cesar Boschi.

<sup>46</sup> Caso do marquês do Lavradio, por exemplo. Cf. Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII. Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989, cit.

obedecer às ordens emanadas, tanto de Madrid, como de Lisboa, no respeitante ao abandono das missões da Província do Paraguai. Ora o convénio secreto adicional ao tratado de Madrid, assinado em 17 de Janeiro de 1751 entre ambos os governos peninsulares, previa o uso da força armada, em caso de resistência, tanto dos índios como de outros habitantes dos Sete Povos. O comissário régio nomeado por Portugal para dar execução ao tratado era Gomes Freire de Andrade, governador e capitão general do Rio de Janeiro e Minas. A Espanha, por seu turno, indicou para idênticas funções o marquês de Valdelírios, D. Gaspar de Munive. A tarefa era delicada e melindrosa, tanto mais que Portugal entregaria uma praça fortificada e quase inexpugnável, recebendo em troca pretensas aldeias, em campo aberto, de defesa quase impossível. Além disso duvidava-se das reais intenções dos espanhóis que, em geral queriam impedir o povoamento e fortificação dos territórios que, estando a sul do Paraná, se alargam até ao Prata. O mínimo que se podia exigir era a dilatação do prazo de entrega, previsto para um ano e a simultaneidade da transferência de soberanias. Mas a desocupação das reduções jesuíticas seria da responsabilidade das duas coroas e não apenas de Portugal. Gomes Freire era aconselhado, através de cartas secretíssimas, a usar uma política de captação de povoadores para essa vasta região, tanto europeus, como americanos, índios e outros. Deveria incentivar os casamentos mistos, privilegiando os brancos que casassem com índias guaranis e declarando que os filhos de tais uniões seriam considerados como nascidos no Reino e, portanto, hábeis para ofícios, honras, cargos políticos. E esses privilégios transmitir-se-iam de geração em geração, sendo severamente punido quem ridicularizasse ou menosprezasse qualquer índio ou seu descendente, uma vez que a lei consagrava a absoluta igualdade de cidadania entre todos os súbditos do rei de Portugal. Bispos, párocos e outros clérigos deveriam apenas cuidar das almas, abstraindo das implicações ráticas dos fieis<sup>47</sup>. Enquanto estas «instruções» eram enviadas para a América, os jesuitas pugnavam, em todas as frentes, para impedir a aplicação do tratado, mesmo que isso exigisse o não acatamento das ordens do seu superior geral. Desse modo, tanto Lisboa como Madrid constataavam o desafio e a desautorização pública das suas decisões, em territórios cuja administração todos os demais países lhes reconheciam. E o mais grave ainda era que os índios e os jesuitas, ao resistirem militarmente ao cumprimento das ordens reais de ambos os

---

<sup>47</sup> A miscigenação era um instrumento básico para fomentar o aumento da população e conseqüente ocupação efectiva do solo. Juridicamente ela será consagrada a partir de 1755, visando-se a integração dos próprios índios (e não apenas os mestiços...) na sociedade luso-brasileira.

soberanos, se arrogavam de um domínio temporal que não lhes cabia e se tornavam, desse modo, rebeldes perante as duas coroas. Tal rebeldia foi aniquilada pela força conjunta, como sabemos, em 1756.

Ora na Europa tal solução provocou os mais descontraídos comentários, de tal forma que Teles da Silva pôde escrever: «Oíço murmurar muito e falar as apalpadellas, de sorte que que nenhum juizo bem assentado se pode fazer...». Porém, a Companhia era acusada de crimes graves, «igualmente noscivos as duas Coroas, Portugueza e Castelhana». Mas para que ela fosse exemplarmente punida, (se fosse caso disso...) era necessário que a todos «conste a Justissa da nossa Cauza» para satisfazer o «inevitavel juizo publico e prudente da Europa... do que se passa na America Meridional». O duque conhecia perfeitamente os argumentos dos missionários das reduções, assim sintetizados: a defesa da catequese dos índios e o direito natural das gentes, a fim de eles poderem actuar com liberdade total. E contrapõe-lhes a «ambição desmedida com que esses Religiozos fabricarão huma Potencia temporal, e por assim me explicar, mediterranea, na America Meridional». E aconselha que é necessário informar através da «pura rellação dos factos» e denunciar que «não foy o espirito evangelico o que armou de mosquetes etc. e disciplinou oitenta ou cem mil Indios, e criou uma potencia intermedial desde o Rio da Prata athe o das Amazonas, a qual poderia algum dia ser fatal às Coroas interessadas e dominantes na América Meridional. A competencia do juizo e direito natural das gentes não toca a Jezuitas e outros Missionarios aly;... Eu que não sou de modo algum letrado ou jurisconsulto, me guardarei bem de julgar de hum ponto escrupuloso e delicado sobre o Domínio e conquista daquelles selvagens, que a natureza fes livres tantos seculos. Mas por onde toca aos Jezuitas similhante juizo ou decizão? Quem levou aly estes Padres? Quem lhes deo os meyoys temporais? Donde lhes diriva titulo algum de Dominio, legislação ou Independencia?»<sup>48</sup>. Nenhuma Nação governada por um soberano esclarecido, responsável por velar pelo Bem Público e pela defesa intransigente da Razão de Estado poderia tolerar abusos de interesses privados. Os jesuitas tinham que submeter-se às «leis justas» emanadas das cortes ibéricas. Aliás, dois meses depois, Teles da Silva recebeu de Roma um escrito que muito lhe agradou<sup>49</sup>. A Companhia era nele acusada de ter

<sup>48</sup> Cf. *Carta*, de 10 de Fevereiro de 1758.

<sup>49</sup> Tratava-se, certamente, da *Relação Abreviada da República, que os Religiozos Jesuitas das Provincias de Portugal, e Espanha, estabelecerão nos Domínios Ultramarinos das duas Monarchias, E da guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exércitos Hespanhoes e Portuguezes*. O opúsculo foi impresso em finais de 1756 e traduzido em francês, italiano, espanhol e alemão e inspirado, ou até redigido, por Pombal. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, cit., p. 51.



abusado dos seus privilégios e, portanto, só restava esperar a sua emenda, e «que Deus [a] queira allumiar para mayor serviço da sua Igreja, da qual tinha sido benemerita,... como nos séculos passados o foy tambem desse Reyno». E a conclusão do seu discurso é a formulação de um voto: «Espero [que os jesuitas] saibão abandonar os mal avizados Missionarios, e tambem as Missoens da America, para não arriscar muitas outras na India, China, etc., etc.»<sup>50</sup>. Infelizmente o bom senso do iluminado português-austriaco, como tantas vezes se auto-apelidou, não teve eco entre os inacianos na América. E isso foi-lhes fatal, não apenas lá, mas também na Europa e Ásia, como ele prognosticou. A sua expulsão de Portugal, em 1759, demonstra-o...

Como reagiu Sebastião José a todas «estas Portuguezadas»<sup>51</sup> do seu velho confidente? Com palavras do maior apreço e consideração, em cartas, quase todas escritas pelo seu próprio punho. Na 1.<sup>a</sup>, de 19 de Julho de 1752, confessa-se seguidor de seus conselhos e com «o desejo de os abraçar como V. Ex<sup>cia</sup> os costuma conceber, que he sempre nos mais habeis termos, que eu vi nunca praticar...», assinando-se como seu «fidelissimo amigo e captivo». Na 2.<sup>a</sup> protesta que o duque «tem mais luzes que eu» e afirma desejar poder testar aquela constante amizade, «porque nada tive nunca, que me fosse igualmente precioso». Na seguinte, de 5 de Fevereiro de 1753, alegra-se com as notícias da saúde do fiel amigo de «que eu tambem colho os sazoados fructos das bellissimas e sollidissimas reflexoens, que li com gosto inexplicavel nas cartas com que V. Ex<sup>cia</sup> me honrou, e de que eu fiz todo aquelle uzo, que podia caber nas minhas deligencias». Na missiva de 30 de Agosto, de 1754 (5.<sup>a</sup>) fala da criação de uma Companhia de Comércio da India «de que se seguissem as utilidades que V. Ex<sup>cia</sup> tão judiciosamente ponderou em o seu illuminado e prudentissimo juizo...», informando-o, em outra carta da mesma data, de que lhe enviará um mapa do Brasil, cientificamente elaborado, logo que o haja, pois o que serviu para o tratado de limites, de 1750, foi «feito por mera imaginação». A penúltima carta enviada ao «Senhor Duque da Silva, após o terramoto», confirma que a sua voz era escutada em Lisboa «como se Sua Magestade estivesse ouvindo votar a V. Ex<sup>cia</sup> em Vienna, para o que mandou praticar nas prevenções do Brazil e na reedificação de Lisboa». Nela Pombal dá conta do optimismo que reinava no governo, apesar da calamidade do terramoto, pois não faltava dinheiro na praça de Lisboa, nem houve «quebra de caza conhecida», apesar da maldicência de alguns «corações tortos de

<sup>50</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>51</sup> Cf. *Carta*, de 01 de Abril de 1758.

alguns rabulas da politica...». E para garantir esse estado de espírito remata: «*Si Deus pro nobis, quis contra nos?*». A última e importante referência ao Brasil, escrita por Carvalho e Melo, visa mostrar ao amigo o que já se fizera de muito importante: «...O decreto que moderou os direitos da madeira do Brazil, abriu a porta para encher dellas todo o Norte, e toda a Italia, onde ategora não forão, porque pagando nesta Corte vinte e tres por cento somente de entrada, cobrados com grande extorsão a ninguem fazia conta carregar no Brazil de madeiras, e vinha a ficar inutil hum genero, que pode carregar por si somente muitos mais navios, daquelles que ategora forão ao dito Estado.

O Alvará que aboliu os comissarios volantes restituhio ás praças de Portugal e do Brazil as comissões de que estavam privadas, sendo a principal substancia do comercio, unindo este, de sorte que possa estabelecer as grossas cazas, que faltam nas referidas praças, depois que contra ellas prevalesceram aquelles *interlopes* ou contrabandistas do bem commum do mesmo Comercio...»<sup>52</sup>.

Assim terminaram as considerações mútuas destes dois importantíssimos vultos da história portuguesa da 2.<sup>a</sup> metade do século XVIII, acerca do fomento luso-brasileiro que ambos reconheciam ser de vital importância nas duas margens do Atlântico. Pombal, iluminado pela sua inteligência e pelas luzes que recebera (e recebia em permanência) do exterior do país, imporia ferreamente o reforço do papel do Estado, encarregado de acautelar os interesses de todos, mesmo à custa dos sacrifícios de alguns. O «Senhor Duque da Silva», como Carvalho e Melo o tratava, considerava-se um português atento à dinâmica do seu tempo, aberto às inovações mas sem perder o carácter, o responsável, lá longe, por uma «estrangeirada família»<sup>53</sup>, a qual não voltaria mais a Portugal, mas nunca deixaria de procurar iluminar os responsáveis pelo governo de D. José com as luzes do tempo, filtradas a partir da capital austríaca.

---

<sup>52</sup> Cf. «Cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo», *Anais*, da Academia Portuguesa de História, cit., pp. 409 a 422.

<sup>53</sup> Cf. *Carta*, de 30 de Agosto de 1758.

## APÊNDICE

Os documentos que se seguem são extractos das Cartas, respeitantes ao Brasil, nas passagens que nos parecem mais significativas. Através deles o leitor poderá ajuizar melhor do interesse desta correspondência para um conhecimento mais completo da administração pombalina na América.

### Texto n.º 1

*Carta de 12 de Agosto de 1752*

Senhor Sebastião Joseph de Carvalho

...«Sou porem tão Portuguez aqui, como o fui 19 annos em Lisboa, e como tãoobem por razão de Estado o devem ser todos os Austriacos. Mas passemos a outro objecto, que me parece ocupar actualmente a soberana attenção del Rey, nosso Senhor, e muito do genio e Estado de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>: a saber, a Marinha, o Comercio, a pouvação do Brazil, adonde os Reys de Portugal podem vir successivamente a ter hum Imperio, como o da China, e ainda mayor que a França, Allemanha, e Hungria, unidas se fossem em hum so corpo. Eu não tenho carta alguma moderna do Brazil nem conhecimento, pellas antigas, do que se pode estimar a largura ou profundidade do Certão, mas vejo nella, que em parte, como tirando em linha recta do Paraquazi, parallela ao Rio das Amazonas, acho mais de 300 Legoas Francezas, e tirando outra linha recta do Cabo do Norte, até o Porto de S. Pedro, acho 700 das mesmas legoas; das quais, como das 300, se deve abater hum octavo, pois os Francezes contão 20 legoas por grao da esfera, e nos outros 17 1/2, ainda resultaria o computo de mais de cento, e outenta mil legoas quadradas portuguezas, de retangulo imaginario de tal medida.

Esta simples idea grosseira me basta porem, a formar por adequado a grandeza e importancia daquelle vasto e rico continente, o qual, como todos os do mundo habitavel tem grandes porçoins que o não podem ser: rios, montanhas, areias, lagoas, terras estereis, certa quantidade de matos, que ainda podendose, não converia destruir e habitar etc.

Ora, descontada a terceira parte como inhabitavel e mesmo inculta, e descontada do total huma quinta parte do imaginado retangolo, pois que pella parte austral se vai

estreitanto quasi em triangolo, ainda assim poderia calcular o restante sitio habitavel em mais de 90 mil legoas quadradas Portuguezas; quando por outra parte duvido muito, que haja tres mil somente nesse Reyno de habitaveis e frutiferas, se lhes fizermos as mesmas deduçoens de rios, montes, areas etc. Dizem porem, que haverá em Portugal dois milhoens de almas, e poderia nesta proporção haver 60 milhoens na America Portugueza, que he o numero que o Padre du Halde julga haver na China etc., parecendo que o Brazil he pello menos trinta vezes mayor do que Portugal. Todos convem, que a Povoação he o fundo mais seguro da riqueza e forças dos Estados. Algum soberano a deue começar a estabelecer com boms e solidos fundamentos: seja pois esse elRey que Deos guarde.

Parece-me agora, que estou conversando familiiramente com V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, como naquelles suavissimos discursos, em que nos colhia improvizamente a meya noite, não sem enfado da somnolenta familia etc. Para que Portugal seja potencia maritima, basta esse porto de Lisboa, e sobra a prova que foy a primeira e quasi mestra das outras. E não he necessario ter mayor continente em Europa; o que he absolutamente preciso, he a industria, como tantas vezes V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> reflectiu, e me ensinou o muito que podíamos utilizar no comercio das nossas proprias Collonias ou Conquistas: Cuidemos pois em pouvoalas de qualquer modo que seja. Moiro, branco, Negro, Indio, Mulatico, ou Mestiço, tudo serve, todos são homens, são boms se os governão ou regulão bem e proporcionadamente ao intento. Se houver muita povoação, haverá muita lavoria, muito gado, e crias, tudo custará menos aos Portuguezes, e aos Estranjeiros, a quem não poderá tomar a conta, nem lavrar, nem comprar mais caro noutra parte. Sobretudo ganhará a Fé em Nosso Senhor Jesú Christo, e haverse tantas mais almas para o Ceo, ainda quando somente se faça reflexão as crianças que morrem bautizadas. Haja muitos cazamentos, e pouquissimos ventres inuteis.

... A Politica dos Gezuitas pode servir muito ao intento, e regular sobre a mesma todas as missoens das outras Ordens de Frades, e com mais individual inspecção, da que tiverão nessa parte os Castelhanos, a cujos Gezuitas opporem os nossos, com mais ventagem, a meu ver, do que boas tropas. Destas porem seria necessario aly mayor numero em todas as Capitanias, e tãobem no Certão, principalmente na raya, ou confins mais expostos ou accessiveis a Castelhanos etc. A minha pouca experiencia me dicta talvez, que he mais efficaz meyo de multiplicar a povoação, estabelecer muitas, ainda que pequenas, do que grandes e poucas: Os homens tem algo dos animais, que multiplicão, não só á proporção da bondade dos pastos, mas conforme a extenção do terreno. O Emperador Reynante fez a mesma observação e prova em algumas das suas melhores e fortes caças, donde sobra o pasto, e não se poude exceder certo numero em razão do terreno.

... Voltando outra uez a vella para o Brazil, parece-me, que todos os Allemaens podem aly ser convenientemente estabelecidos, exceptuado os mercantes que houvessem de hir e vir. Da volta dos Missionarios pouco ha que temer, e bom seria que entre elles houvesse Mathematicos, Geografos etc. V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> saberá melhor do que eu, a quantidade de Collonistas Allemaens, que os Inglezes vão mandando para America, mas não são Catholicos, e não me quizera embrulhar com a Santa Caza neste ponto, nem tão pouco no outro, antigamente ventilhado, sobre as confiscaçoens dos enjenhos, manufacturas, e perdas do comercio: haja muito em boa hora huma so Religião, que he a Catholica. E quanto for possiuel, huma só lingua, e para isso muitissimas escolas, nenhuma Universidade, nenhum novo Convento, e severamente limitado o numero de Frades e Freiras delles. Seção em boa hora ricos feudatarios, e paguem como todos os subditos, ou paguem estes nas terras dos Ecclesiasticos, e se lhes conserve as apparencias, ou parte da immuniidade da Igreja, que aqui não tem nos seus bems.

Como os clerigos e frades são Portuguezes, uestidos de outro modo pouco me importaria da sua riqueza, se a despendessem exactamente no Estado, e se os fundos não fossem (sic) de terras immensas, que ficando em maos mortas, sahem do trafico civil. Se o Exercito Ecclesiastico for pouco numerozo; e mui repartido naquelle vasto Continente; menos resistirá ao secular traficante e politico. E porque não haverá nesse novo Imperio hum novo Codex Brasileiro, ordenaçõens particulares, e por assim dizer, territoriais daquelle Estado e Conquista? As demandas e trapassas tãoem são peste da pouvação como do Comercio. Haja poucos advogados, e menos rabullistas, e considere o Soberano como hum novo fundador: já que não sei que haja pacta conventa com aquelles subditos: e verá Sua Magestade e os nossos vindouros successivamente, o grande beneficio, que como verdadeiro pay de seus vassallos lhes pode procurar.

Nenhuma destas ideadas disposiçoens requer necessariamente estrondo, basta muita reflexão e equidade no ordenalas pouco a pouco e grandissima firmeza na execução. Todos estes boms ou maos pensamentos são fruto da lição do Trattado que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> por mercé especial de Sua Magestade Fidelissima me comunicou; e fruto no que talvez pode ser bom das luzes que aqui me quiz dar. Mas no que he mau, e insubsistente, direi que he fruto uerde de zelo velho e da minha natural pouca capacidade. Para ter mais ligado o Brazil ao Reyno, dissera eu, que Sua Magestade faria utilmente, gratificando essas principais familias de muitas terras, senhorios, feudos e comendas, limitando desde agora, com boa aduertencia para o futuro a respectiva extenção e condicionado a respeito da pouvação, hum numero discreto de lugares ou de vizinhos no lugar que for unico, e a proporção, quando sejam muitos. E para isto mesmo convirá muito a nova demarcação e conhecimento do Brazil, que certamente não he conhecido pelo pouco que das costas e beiramar só colhemos das cartas antigas. Se V. Ex<sup>a</sup> me houvesse podido remeter alguma mais circunstanciada com o sobredito Trattado, ainda que sou mao geographo, alguma idea me formaria daquella misteriosa negociação, que não posso, nem devo aprovar as cegas, nem aplaudir por comprimento ou veneração. Nenhum plano ou mapa, dos que pude ver, me diz adonde está a aldeia de Santa Rosa, nem posso bem comprender, que largueza ou profundidade terá o nosso Estado naquellas paragens: entre os Castilhos e porto de S. Pedro vejo dois outros rios no mapa.

Os nomes dos rios nas cartas de Mr. de Lille, que são poucos, e talvez mais ou menos inclinados de muitas legoas, não se ajustão com os expressados no Trattado. Por outra parte, aquelle famoso Geographo, lizonjeando a caza do seu soberano, aperta de tal modo o Dominio Portuguez, que quazi nos tira toda a margem do rio das Amazonas, cortando pello vasto lago ou especie de archipelago que de Lille suppoem formão o tal rio, e separando assim do Brazil todo o territorio que chama das Amazonas, e atribue ao outro Dominio, Espanhol.

No livro porem de Mr. de la Condamine, e viagem que fez, ha poucos annos, baixando pello tal rio, ha huma carta do curso do mesmo, sobre a qual posso calcular mais de cem legoas de extenção occidental, ou remontando o Maranhão até a Missão dos Padres Carmelitas Portuguezes, e comprehendida a aldeia que cedemos de S. Christovão. Naquelle vastissimo, e em grande parte ignorado continente pouco importaria huma cessão de cem legoas somente, se não fossem as muitas e graves consequencias, que de huma apparente bagatella, podem fazer huma cessão ruinoza e irreparavel. e termehia eu mesmo por ridiculo, se as apalpadellas fizesse aqui o Doutor.

V<sup>as</sup> Ex<sup>cias</sup> verão e farão o melhor, e conhecerão o como e quando se hão de assegurar as fronteiras, e adonde seja necessario por numero competente de tropas e algumas boas fortalezas, que serão tanto mais precisas, quanto for mais conhecido, cultivado, e praticado o certaão, e os limites. Aly nas fabricas, cuja execução pede menos arte e ensino como fossos, transportes de terra, canais, abrir caminhos etc. creyo

que muitos dos nossos Tapuias poderão trabalhar, e a pouco custo, adquerimos outros, mesmos dos matos; e demarcação Castilhana: o bom tratamento e administração fará muito. E torno a dizer, que a Pouvoação he ao meu fraco entender, o tudo: não servindo de nada muitas mil legoas de dezertos, nem se podendo sem homens, deffender as fronteiras e passos.

Se com este trattato reza as da margem Austral do rio das Amazonas, chega pella nossa parte ao que chamamos da Madeira, depois que se terá unido a outro, que não vem nomeado, nem tãobem o está nas cartas de de Lille: Seguese, que teriamos perto de seis graos de longitude, e perto de cem legoas mais, do que este geografo nos sinalava, como assima digo. Mas nem por isso fico mais claro nas fronteiras estipuladas, que não podem figurarse em linha recta, nem simplesmente curva, mas diversamente, mixta, como succede a todas as rayas de quaisquer Estados do Mundo, em que ha angulos, e grandes porçoens salientes e reintrantes etc. O que vejo porem, a dizer a pura verdade, que naquelle vasto terreno, que os Francezes dizem das Amazonas, se ganha grande porção, da que as suas cartas davão aos Castelhanos, assegnandolhes não somente o rio, que se une ao da Madeira, e o terreno das margens do Maranhão, pella Ilha dos Topinambes, mas ainda a de huma e outra banda dos Topayozos etc.

Parece-me pois, hindo algo as cegas, que no que asseguramos de tão dilatado certão, fazemos o ganho de Matto Grosso, e outros que não acho nos mapas, e quero supor que se compensa bem o que se perde nas Missoens dos Carmellitas, supondo que sempre por aly nos fica aberto o resgate da Prata, e ventagens do comercio oculto, posto que bem expressamente defendido. O que não posso julgar, he se nos fica bem compensado o risco das Minas Grandes, e entrada da parte do Uruguay etc. adonde note bem sempre meu Pay, que Deos haja, temeu muito das pouvaçoens multiplicadas e estendidas pella boa direcção dos Gezuitas: Se aly ficamos racionalmente assegurados, pode todavia sermos ventagiozo o Tratado; principalmente se muy deveras e com todo o empenho se cuidar na pouvoação, e começar logo pella parte mais importante. Tudo isto he falar de oitava, mas com aquella candidez e ingenuidade, que fez todo o meu merecimento para com V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>., que poderia mandarme algum mapa, adonde se vejão os lugares e rios de que faz menção o Tratado. E que pedi inutilmente ao Senhor Freire, pois lhos não derão, nem o tal Tratado sobre o qual me tenho aqui tão inutilmente difuso...».

## Texto n.º 2

*Carta de 30 de Outubro de 1753*

Senhor Sebastião Joseph de Carvalho  
Ill.mo e Ex.mo Senhor  
Meu amigo e Senhor

Não direi que a precioza amizade, com que V. Ex<sup>a</sup> me distinguiu aqui, e favorece toda a nossa familia, me facilita a confiança desta comissão que lhe dou, pois que outro mayor empenho he o motivo superior della. V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> he todavia mui conhecido e estimado nesta Corte Imperial, tão estreitamente vinculada a esta Fidelissima, e basta esta consideração e conhecimento para sentir quanto facil, e gostozamente consentiu o Emperador, que eu empenhasse não so o Marquez meu irmão, em qualidade de Prezidente Ultramarino, mas V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> mesmo, em procurar recomendaçoens a pessoas intelligentes e curiozas da materia natural de que tratta a memoria incluza, e os debuixos

das oito diuersas especies de roca ou mina de pedras preciosas, de cujo mayor valor importa pouco ou nada, nesta ja vasta serie de historia natural. O que se busca e importa muito, a investigação da natureza, he o ser nesta racolta todas as diuersas provas e documentos naturais de differentes partes do mundo. Ora o que della mais falta he giustamente de semelhantes documentos e produçoins do Brazil, adonde não bastarião as diligencias e despezas que por via do famoso Monsenhor Baillou, ordena e consente o Emperador que se fação. Este curiozo, intelligente Philosopho me tinha varias vezes falado nesta indagação, offerecendo as necessarias despezas, que não eram porem as que me embaraçavão. Ultimamente, como escrevi a meu irmão de Holitch, me devi empenhar nesta officioza diligencia, e bem que repugnava a S. M. I. a todo o genero de empenho da sua parte, como lhe disse que seria em meu nome, e por via do Marquez de Penalva que eu escreveria, e a V. Ex<sup>a</sup>, consentiu o Emperador, e o facilitou tãobem a Imperatriz Raynha. Eu muito bem previ, e prevejo toda via as difficuldades, e principalmente na falta de pessoas inteligentes e curiozas de semelhante estudo naquelle pays e vastissimas conquistas; mas alem de que se não tratta de huma prompta reposta, nem de conseguir e inuiar aqui de hum golpe, tudo quanto o Sr. Baillou, cheffe deste gabinete, dezeja. A memoria e debuxos, que finalmente agora me entregou S. E. o Baron de Fustchner, facilitão a encomenda, e a busca, a qualquer pessoa, que tenha alguma ou mediocre intelligencia destas curiozidades. Sabesse muito bem aqui o tempo lungo e necessario de semelhantes buscas em paizes dilatados, e todavia pouco pouoados de certo genero de pessoas, e não pode tão pouco ignorarse, quanto dista do nosso Reyno. O que porem me parece acertadamente conveniente he, que por V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, ou pello Sr. Prezidente Ultramarino, se me não retarde alguma reposta ao menos satisfactoria das minhas primeiras diligencias.

Confesso ingenuamente a minha ignorancia ou dezaplicação a semelhante estudo, bem que vi muito, porque corri muito mundo, e não tenho vivido pouco. Diria porem grandissimos disparates, à querer discorrer no assunto, ainda quando somente quizesse traduzir. Por exemplo, no sistema que segue Mr. Baillou, os diuersos sucos petreios ou pedrozos, que ha na terra, são affectados de diuersa natural configuração, e a dão necessariamente a certas determinadas pedras. Ora, digame V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, se estas poucas palavras são Portuguezas, e bem intelligiveis...».

### Texto n.º 3

*Carta de 3 de Novembro de 1755*

Ill<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Senhor  
Meu Amigo do meu coração

...Li entretanto agora, e vou conciderando a copia estampada, que me deu este fidalgo e honrado, prudente Ministro, Ambrozio Freire, tocante a Companhia do Maranhão ou Gran Pará, e me parece tão boa, que logo me interessaria na mesma, se os meynos para isso me bastassem aqui, ou de algum modo sobrassem os poucos que resultão desse morgadinho que me tocca, chamado de Donna Violante Eugenia, sobello, que porem farei pellos parentes e procuradores meus, alguma dilligencia, escrevendo logo que puder.

Como nada ou pouquissimo prezumo das proprias luzes, recorre neste ponto a minha avelhantada memoria as de Menistros antigos e melhor illuminados. Lembrome das que o Conde da Ribeira me fes em grande parte ver em Pariz, haverá 37 annos, sobre

a marinha a estabelecer principalmente no Maranhão, adonde, conforme a vasto projecto daquelle nosso Embaixador, seria o primeiro ou mayor Arsenal dos Navios de guerra que conforme a minha lembrança, o Conde da Ribeira projectava noventa, divididos em tres esquadras de 30 naos cada esquadra. E a imitação da Coroa de Inglaterra, se distinguirão pella cor do respectivo pavilhão, como branco, verde, ou azul, vermelho etc. o que reffiro como sinal da minha lembrança.

Esta me chama alguma das muitas ydeas e noticias, que se acharão provavelmente naquellas memorias do sobredicto Menistro, o qual sabia muito melhor do que eu, que sem a marinha mercantil, pouco ou nada podia estabelecerse a Armada. O primeiro fundo, que o tal Conde destinava para este estabelecimento, erão os jurois reais dos Almojarifados e Cofres, e me quer parecer tambem as tenças ou parte dellas, de sorte que com huma doce e util violencia se acharião os filhos da folha interessados na sua Companhia Regia, de que me não lembra a denominação que lhe dava. A esse fundo unia a renda dos Conçulados e todas as destinadas aos armazens e armada, interessando no comercio por este modo El Rey, a Nobreza, e mayor parte da Nação. Tinha alcançado aquelle zelozo Menistro muitas e individuais noticias do Brazil, e suas produçoins, a similhante fim; como tambem dos principais Arsenais maritimos, e forma de contas indiuiduas (sic) com as quais parecia provar, que os navios fabricados economicamente no Maranhão, adonde contava empregar numero grande de Tapuyos mansos com pequenos jornais, virião custar hum terço menos, que os d'El-Rey Britanico.

Basta, meu Amigo e Senhor, destas poucas velhas nossoins, para justificar o meu zelo patriota; e lembrarse ha V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> de outras que reciprocamente nos comunicamos na confiança de nossa boa amizade em varios seroins, e com ventagem para mim. O certo he que athe os 60 annos / em que me acho entrado / não conheci, fora desse Reyno, Menistro Portugues, dos experimentados, que não suspirasse por ver a Patria Potencia maritima, e meu Pay tanto ou mais que todos os outros, como supponho constará dos seus Officios, bem que nunca servio no mar, e que sua mayor inclinação foy a de soldado e serviço de Terra.

Não cançarei a V<sup>a</sup> Ex., como imprudentemente o fis, ha 5 annos, dizendolhe em prolina, quando a respeito do Brazil etc. me passou pela imaginação e penna; bem que esta sua nova Companhia do Maranhão me desperta grandes ydeas e esperanças, das quais não estou ja na ydade de ver os dezejados effeitos. Concluirey este ja longo discurso com a sabida reflexão contra certos Menistros, que sempre houve e haverá no mundo, principalmente no moderno Governo Brittanico, os quais não estimando que as proprias ydeas, vengatens (sic) e Estado prezente, desprezão aquelles, cujo effeito, bem que utilissimo será remoto. ...»

#### Texto n.º 4

*Carta de 4 de Dezembro de 1755*

Exmo Senhor Sebastião de Carvalho  
Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Senhor  
Meu amigo do meu Coração

... «Não presumo tanto de mim, nem tão pouco desse prudente Menisterio, que me intrometa a dar liçoins de providencia, mas em bom e velho Luzitano dezabafo com V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, dizendolhe e não lembrandolhe, que muito importaria o esforço de fazer promptamente partir algumas naos e tropas para o Brazil, antes que novas encarecidas



deste deazastre fação impressoins aly, que he incomparavelmente melhor prevenir do que remediar. Posso enganarme, ignorando o estado actual das forças e Capitania do Maranhão, Pará, e outras athe o Rio de Janeiro, Santos, e outras partes, como a nova colonia, e paragens actualmente em disputa e adonde maliciosamente se fará avultar a desgraça e supostas consequencias delle. O numero dos homens que no mundo discorrem bem, he certamente o menor ou minimo.

Hoje mesmo li huma carta de Lisboa, que parece haver partido de lá aos tres, com o correio do Embaixador de França, em que se diz que: *O incendio durava, que toda a cidade estava em perigo, e que ElRey, nosso senhor, cuidava em hirse estabelecer no Brazil, da parte do Maranhão..* O medo certamente do pobre frade que escrevia, lhe figurou na imaginação este disparate, que dá como noticia; prova porem o que assim apprehendo, que diversamente escrevão talvez outros...».

### Texto n.º 5

Carta de 19 de Novembro de 1756

S.E. Mr. de Carvalho  
Meu Amigo e Senhor do meu coração

... «Nesta parte do mundo podemos dizer agora que brilhão as sciencias, o militar, o político e o comercio, como primeiro brillarão na Azia, na Affrica, Egipto e Carthago. Podem consequentemente brilhar na América daqui a alguns séculos; em em cada una das tres partes do mundo antigo tomar o que ja houve de poder e de mudanças, como dizem historias velhas, e como talvez o dirão outras de vastissima America, novamente conhecida e pouquissimo civilizada; no que porem, amigo do meu coração, devemos incessantemente cuidar ahy; eu não discorro, aceno, pois que sey a quem falo ou escrevo.

Lembre-me com raiva de certa palavra, imputada ao Cardeal Alberoni em França, donde naquelles tempos fis alguma demora: *Le Portugal aura son tour*, e a não julgo maligna imputação, depois que por certa pessoa, com quem discorre familiarmente na velhisse em Italia, me consta que maxima politica daquelle primeiro Menistro fora, empregar todo o estudo, negociaçoins, dinheiro, forças terrestres e maritimas em obrigar Portugal e aliados a trocar esse Reyno pellos de Napoles e Sicilia e ainda mais em Italia, pois que possuindo ElRey Catholico a Espanha inteira, com as suas Indias e Brazil, se faria a principal Potencia na Europa, pella dependencia em que poria pello Comercio todas as outras.

... Juntando cabos, e não me attendo a profecias, digo familiarmente a hum amigo honrado, que o P. Vieyra tinha em parte razão, se na riqueza, posição e vasto do Brazil, fundava as esperanças da Monarchia Luzitana, e sua duração, humanamente falando. Cuido tambem, que tinha suas boas razoins o nisso mau Clerigo Alberoni, pois que nem Francezes, nem Inglezes terião escrupulos de abandonna e vender Portugal a Castella, para conservar e avantajjar respectivamente seus comercios, neste seculo, em que hum Cardeal e hum Rey Calvenista, cuidão politicamente que a justiça e a religião não se oppoem a violencia e utilidade das Conquistas. Estamos experimentando que com a providencia tão dispendioza de entreter duzentos mil homens durante a Paz, apenas se poudé salvar a Bohemia da invazão e quartéis de Inverno do exercito Prussiano, quando por outro lado observamos que mais de duzentos navios de guerra não

impedirão a perda de Port Mahon, nem a dos Fortes Americanos dos Inglezes, que com duas medianas e boas esquadras postas de antemão nos respectivos portos e paragens, e com ter aly tropas, como as tinhão ja os Francezes na America, lhe houverão talves feito passar a vontade das novas conquistas.

*Poucos portos e muitos navios*, se disse em axima politico do celebre VizoRey D. Francisco de Almeida, que deve porem entenderse na sua justa proporção, como se poderia de muitas tropas em proporção do limitado numero de praças. Mas como tambem nestas deve observarse a longueza das respectivas fronteiras que se deverião necessariamente cubrir, a diversa situação de estados e provincias, talves separadas e distantes, como tambem mais ou menos expostas a invazoins repentinas, não me persuade o tal bom axioma tão excessivamente, que como regra de Fe lhe submeta o meu entendimento, e cegamente va dar nos extremos viciozos.

... Assim a fis, ha 5 ou 6 annos, esprayandome, como lá dizemos, com imprudente prolixidade, no vasto, rico e fertil continente do Brazil. E posto que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me animou então e quis achar entre tão diversas e mal concertadas ydeas algumas *lindissimas*, não abuzarei hoje tanto da sua indulgente amizade nem mo permitira esta calva e encatharruada cabeça, que poucos bons calculos poderia fazer, ainda quando tivesse os conhecimentos, que não tenho, dos meyoos actuais, e dos factiveis de adquerir, para entreter nesse Reyno e no Brazil, o numero competente e proporcionado de tropas e de navios. Similhante proporção he tão necessaria, como a dos tais meyoos, que não conheço, mas que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me parece saber hoje melhor, do que outrem na Patria. Depende muito a conservação, se não não erro como estrangeiro e caduco, deste duplicado e proporcionado armamento naval e terrestre. O contrario nos perdeo successivamente, em Portugal, nas Indias Orientais etc. Estava Portugal dezarmado, depois da perda de ElRey D. Sebastião, quando facilmente o invadio e conquistou o exercito do Duque de Alva. A negligencia affectada e politica da Corte de Madrid, abriu e facilitou a Hollandezes numero de portos mal guarnecidos nas nossas Conquistas. Ora, estas não se deffendem que com boas tropas, como sem boas naus de guerra se não deffendem Frotas e Comercio.

Tudo quanto V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, com favoravel permissão soberana, me tem [deixado] ver das suas regias dispoziçoins, me tem admirado, e bem persuadido da superioridade das suas luzes e talentos. E como não sou de natural prezumindo, não cuido tampouco que ydeas remotas possam realmente ser lhe de utilidade no Real serviço. O que porem me da alguma apreheção, he o espirito de comercio, e digamolo claramente, de usurpação que reina hoje na Europa. Por isso mesmo Amigo Ex.<sup>mo</sup> inculco tantas vezes a ydea do Brazil. Não temo, que em breves annos possam violencias estrangeiras obrigarnos em Portugal a deffendernos do nefando troco de Alberoni, nem ainda daquela propozição, que nos fez outro Cardeal, primeiro Menistro em França Mazarin, quando nos hia abandonar na Paz dos Pirineos. A qual propozição não se afastava porem das ydeas, por não chamarlhes projecto do P. Vycira. Mas o não temello agora não assegura nada para o futuro. Philosophando aqui entre nos muy brevemente, nos possiveis acontecimentos do mundo, e recopilando a historia do paçado, sem criticar a do futuro do nosso orador Portuguez, confecemos porem, que possivel he, que o Brazil faça hum dia a mesma figura na America, que fazem actualmente na Azia tantos diversos Imperios, como são com este supremo titulo ou equivalente: a China, o Japão, a Persia, o Mongol, sem falar do Gran Turco, que naquella parte, e duas outras do Mundo antigo, tem grandes estados. Ora se no do Brazil, vierem a ter os Portuguezes tanta povoação civilizada, cultivada e armada, que seja coniderada por superior proporcionalmente na America, seguesse, me parece, por natural consequencia, que nem la, nem ca, Potencia alguma achara a sua conta na imaginada conquista e sobredito troco. Pois que humas arriscarão a utilidade do porprio comercio, em que actualmente utilizão mais do que nós; aquella que por

única e prepotente vizinha, se deve sempre receyar, terá na minha hypoteze, muito que temer então das suas Indias.

De todas quantas nações Europeanas frequentão e orientação, somos a única, que imaginou e conseguiu possuir hum pedazinho da China em Macau, pois que todos cuidarão e cuidão em assegurar, sem risco de excluzar o lucro daquelle mesmo commercio, do qual tirão os Chinas a nata, pello seu bom governo, e singular povoação, que rende paradisissimo o trabalho manual e a cultura. Ninguem faz cazo das tropas de terra, nem da marinha dos Chinas, circunstancia muy discrepante das do meu arzeado, mas allem do que agora não examinamos do que foy ha mais de mil annos, naquelle vasto, fertil e hoje florido estado, acho major discrepancia na ydea da conservação, e na da fundação ou estabelecimento. O daquelle Imperio he antiquissimo, e nada pareça mais novo que o querer fazer de tão diversos salvages, Tapuyas, Negros, Mulatos, huma China do Brazil! E Comtudo, não seria absolutamente impossivel. Certo he porem, que só muito tarde se cuidou ahy na verdadeira importancia da sua porção da America, pois que parece que so agora se cuida.

Tambem parece que agora cuidão respectivamente nas suas porções, mais do que antes, Francezes e Inglezes. E muito mais se cuidará nos seculos futuros, a medida da povoação que houver civilizada, e do que se puder augmentar o Comercio.

Acabo este familiar codecilio politico, submetendo-o absolutamente a censura de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, a quem porem não remetterei a prezente, que por algum portador seguro, ainda que tarde, e chegou avelhentada.

Fico, como estou sempre, as suas ordens, com terna e fiel obediencia.

Deus guarde a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, como lhe dezeja...».

### Texto n.º 6

Carta de 10 de Fevereiro de 1758: Post-Scriptum:

... «De outra bem distante e bem diversa [materia] dezejaria eu (sem prolixa curiozidade) poder discorrer somente com V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, a saber na da Guerra Americana e Jezuitica. Oiço murmurar muito e falar as apalpadellas, de sorte que nenhum juizo bem assentado se poder fazer. Em alguma gazeta de Berlim, e outras, se avizou ter-se estampado em Lisboa huma espessie de manifesto, que descobre os vastos e perigosos dessignios da Sociedade, igualmente noscivos as duas Coroas, Portugueza e Castelhana. Não sey a verdade disso, e consta porem que nos Collegios e Cazas da Companhia de Jezus, houve Carta ou Ordem circular do P. Geral, ordenando preces em negocio de summa importancia á ditta Sociedade. O poder, credito e união da mesma são de notoriedade pública. Se tem inimigos, tambem tem parciais, e talvez muitos mais do que, por temor, querem parecello. A minha philozophia subalterna fas-me a seu respeito imparcial, como ja, nesta ydade, pouco sensível a medos políticos, aplauzos e esperanças. Conto porem entre os grandes interesses publicos e polithicos o da boa reputação. E por isso, meu amigo e senhor, dezejo que conste a Justissa da nossa Cauza na materia em questão, bem que pouquissimo se me daria de satisfazer curiozidades de novellistas, nem mallicias irreligiozas, etc.

Fallando pois a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> com a costumada, e talvez dura, ingenuidade, lhe confeço que me parece tardar ao inevitavel juizo publico e prudente da Europa aquella parte essencial do que se passa na America Meridional: quero dizer essencial á justificação das sabias medidas e rezoluçoens dos Piissimos Reys, Fedelissimo e Catholico. Pois que, se por huma parte he mau, que conste da ambição desmedida com que esses

Religiosos fabricarão huma Potencia temporal, e por assim me explicar, mediterranea, na America Meridional; não he por outra parte hum menor mal, que se impute a simples razão ambiciosa de Estado, huma fingida ou apparente oppressão daquelles chamados Indios e dos Missionarios, quando estes, disculpandose com motivos de Cristianismo, e do Direito natural das Gentes, supoiem aos ignorantes do factó, obrarem com equidade em não captivar milhoins de gente de condição livre, etc.

Este ponto, meu amigo do coração, he o que me agora parece muy importante á boa reputação de pôr em claro, como supponho que se haverá feito, ou podera fazer, com a simples e pura rellação dos factos. A chamada Missão ou Redução de Santo Angelo, que se achou bastantemente fortificada e guarnecida de Artilharia, fas ver, que a pregação do Evangelho não obrou esse meyo de conservar aly o poder temporal da Sociedade. Tambem não foy o espirito evangelico o que armou de mosquetes etc. e disciplinou oitenta ou cem mil Indios, e criou huma potencia intermedial desde o Rio da Prata athe o das Amazonas, a qual poderia algum dia ser fatal ás Coroas interessadas e dominantes na America Meridional.

A competencia do juizo e direito natural das gentes não toca a Jezuitas e outros Missionarios aly; como tampouco lhes tocaria na America Septentrional e Dominios de França, Inglaterra, Hollanda etc. Eu que não sou de modo algum letrado ou jurisconsulto, me guardarei bem de julgar de hum ponto escrupuloso e delicado sobre o Dominio e conquista daquelles selvagens, que a natureza fes livres tantos seculos. Mas por donde toca aos Jezuitas similhante juizo ou decizão? Quem levou aly estes Padres? Quem lhes deo os meynos temporais? Donde lhes diriva titulo algum de Dominio; legislação ou Independencia?

Qualquer homem bem informado, justo e imparcial poderá facilmente distinguir estre a subtileza dos pretextos e a realidade dos motivos. Quando outras Naçoins invejzas da nossa, e principalmente os Hollandezes, forão á India Oriental, despojarnos daquelle comercio e dominios, allegavão por motivo de justiça a natural liberdade dos Indios, que dezião oppressos, e logo que aly se puderão estabelecer, os oprimirão e oprimem muito mais. ...»

#### Texto n.º 7

Carta de 1 de Abril de 1758

À S. E. Mr. de Carvalho  
Ill.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Senhor  
Meu amigo do meu coração

Depois do que em Post Scriptum a huma carta dos fins de Fevereiro escrevi a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> na nossa uzada confiança, vi certo escrito, estampado em Portugues e a tradução que se mandou de Roma, em Italiano, tambem estampado, e as pessas aly adjuntas, que não se achão na impressão de Portugues. E se houvera lido antes estes escritos, certamente não cançaria inutilmente a attenção de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> com as minas curtas, superfluas reflexões. Nada me parece que deixão a dezejar aquelles valentes escritos, senão a emmenda dos Missionarios Jesuitas, que Deus queira allumiar para mayor serviço da sua Igreja, da qual tinha sido benemerita a illustre Sociedade de Jesus, como nos seculos passados o foy tambem desse Reyno. Espero todavia na prudencia dos Superiores da mesma, que saibão abandonnar os mal avizados Missionarios, e tambem as Missoens da America, para não arriscar muitas outras na India, China etc. etc.

Como estes escriptos são reputados anonymos, e que os Padres Jezuitas são em varias partes admitidos entre outros Revizores de livros, e destes cadernos estampados que os Francezes chamão *Brochures*, não he de admirar que em alguma das Cortes Catholicas haja embaraço no curso desta mesma estampa. Consta-me que certo revizor, secular e erudito, duvidou muito deixar correr a de que se trata, vindolhe as maos a tradução Franceza; não vi todavia, e nem me disserão ser estampada em Hollanda. Reciou aquelle prudente erudito, que o tal escrito anonymo fosse algum libello diffamatorio, como tantos outros de seu proprio conhecimento, que no seculo paçado apparecerão contra a mesma Sociedadade, não somente em Hollanda e Suissa, mas em França, Allemanha, e outros Payses Catholicos.

Hindo porem concordemente as Cortes de Lisboa e de Madrid, nas diligencias que se fazem em Roma, e continuandose daly a remessa de exemplares Italianos, vencerse ha successivamente similhante escrupulo, posto que bem fundado nos antigos e modernos exemplos de Libellos, muitas vezes reprovados. Não haveria tal reparo se os ministros Portuguezes, rezidentes em diversas Cortes houvessem tido ordens instructivas para prevenir e informar as mesmas. Suponho que a piedade soberana e a prudencia dos seus conselhos quis dar tempo ao arrependimento, ou teve outros motivos, muy superiores as minhas luzes, para suspender o castigo de hum geral discredito. E nesta supozição louvo a prudente summa benevolentia.

Temo porem, que seja util e pareça nosciva esta piadoza ou prudente circospeção: pois que vão correndo por varias maos em Italia e outras partes as mesmas traduções que sahem de Roma, e as Francezas, que não vi. Ora da simples lição das mesmas consta a atrocidade dos dilictos, caleficados ahy por crime de Leza Magestade, e não so na America dos Dominios das Duas Coroaas, mas tambem nesse Reyno e Corte, como na Cidade do Porto etc., circumstancias muy agravantes, com as quais cresce o empenho, e talvez os embaraços de huma e de outra parte.

Bem sey que foram noutros tempos expulçados os reverendos Padres de França, e depois admitidos; que o mesmo succedeo na republica de Veneza, com diverso modo e motivo. Adonde tardou mais a restituição, que foy clauzulada muy diversamente do Estado actual, e grande concideração em que ali mesmo os vi, na minha diuturna morada e convalescença. Pejor para a propagação da Fé Catholica na China, houvera sido a repetida expulção dos mesmos Missionarios, se não fosse constante e repetida a protecção e mediação dos Reys de Portugal naquelle Imperio, e na Curia Pontificia etc. De tudo o que posso inferir sem temeridade, que agora e no futuro poderia succeder o mesmo nas duas Cortes de Espanha a esta illustre, bem que ambicioza Sociedadade, que se tem feita tão considerada e consideravel em toda a Igreja Catholica. Falta-me porem luz para aclararme vistas longas. Por isso, tambem, e por receio de outras mais ambiciozas e estrangeiras, quizera ver nos meus dias, acabado este fogo na America Meridional, a todo o preço. Não tem actualmente Portugal temor polithico de guerra na Europa, e parece que lhe sobejão tropas para augmentar logo muito as que tem na America.

Como nada, meu amigo do coração, parece caro ou barato, nem grande ou piqueno, que comparativamente, não considero que levemente a despeza do transporte, como a de mayores soldos as necessarias tropas: o mesmo dissera eu, se fosse conçultado e capaz de votar, que se dobrassem e tresdobrassem salarios e ministros optimos para aquelle estado; como a todos os governadores, subalternos e Capitains Gerais etc., de sorte, que athe os milhores entre os Vassalos de S. M. Fedelissima podessem aspirar aos respectivos empregos no Brazil: Tendo para mim, nesta distancia, em que me acho, velhice, e ignorancia, que similhantes actuais e grandes despezas não igualarão jamais os fructos, que hão de necessariamente produzir, para a riqueza, duração e deffença do Reyno. Esta, só aparente, digressão dis a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o meu parecer

ou conclusão na materia das Missões da America Portugueza adonde unicamente antevejo a possibilidade de grandes inconvenientes, por não dizer perigo. Ja V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> sabe a minha teima de acabar sempre semelhantes discursos entre nos, com a maxima de augmentar e conservar a Marinha, como se escreveu de Catão: *Delenda est Carthago*, com similhante e mais authorizada teima.

Amigo querido e Luzitano, sofra V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> como tal estas Portuguezadas de quem morrera, e talvez antes do que cuida, realmente persuadido, que com as sobreditas economias, bem que pareção generozas despezas, haverá descanso, utilidade e segurança alguns seculos, no importantissimo vasto Reyno ou Imperio do Brazil; do qual V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o primeiro conheceo a possibilidade, facilidade e lucro do nosso proprio comercio directo.

De-me V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> alguma ves novas suas, de mão alheia, e sempre muitas occasioens de seu agrado e serviço. ....»

### Texto n.º 8

*Carta de 30 de Agosto de 1754 (de Pombal para o Duque)*

«III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor Duque da Silva  
III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Ainda que a occazião, em que parte o criado de Ambrozio Pereira Freire he para mim de bastante fadiga, não o posso ver sahir desta caza, sem ratificar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o que lhe avizei em reposta das suas duas cartas familiares de 24 de Setembro e do ultimo de Outubro do anno proximo passado, sobre as curiozidades do Brazil, que Monsieur Baillou dezeja para a collecção do Museo de Sua Magestade Imperial. Como V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> nas mesmas cartas reconheceo a distancia e a difficuldade que ha de achar na America proprios e adequados Commissarios para executarem semelhantes ordens, não estranhará a demora, que tem havio no cumprimento dellas. E só devo repetir a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que se tem cuidado em as satisfazer no modo possivel, com aquelle respeito e disuelo que são inseparaveis de hum negocio, que pode ser do gosto do Imperador, ou dizer respeito a Sua Magestade Imperial; e que se dará conta do que vier chegando daquellas partes; em todas V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me achará sempre com a mayor promptidão para obedecerlhe. Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Lisboa em 30 de Agosto de 1754.

Mayor amigo e mais fiel, e obsequiozo captivo de V. Ex.<sup>a</sup>  
Sebastião Joseph de Carvalho e Mello

Post Scriptum

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Tãobem ratifico a V. Ex.<sup>a</sup> o que já escrevi a respeito do mappa do Brazil, emquanto disse: que nenhum havia daquellas partes, que athe agora se formasse pelo que pertence ao interior ou sertão dellas, senão o que se ideou para a divizão dos lemites desta Coroa e da de Espanha, feito por mera imaginação, como necessariamente devia ser, em payses, que nunca foram penetrados; e por isso totalmente impropria para dar huma ideya daquelles vastissimos payses, como nelles vão examinando os seus demarcadores. Em sahindo delles alguma cousa digna de se ver, e de se poder crer, eu

darei conta de mim a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> a quem torno a segurar o obsequio da minha obediencia».

**Texto n.º 9**

*Carta, sem data, de Pombal*

«Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Meu Amigo e meu Senhor muito do meu coração

...O decreto que moderou os direitos da madeira do Brazil, abriu a porta para encher dellas todo o Norte, e toda a Italia, onde ategora não forão, porque pagando nesta Corte vinte e tres por cento somente de entrada, cobrados com grande extorsão a ninguem fazia conta carregar no Brazil de madeiras, e vinha a ficar inutil hum genero, que pode carregar por si somente muitos mais navios, daquelles que ategora forão ao dito Estado.

O Alvará que abolio os commissarios volantes restituhio ás praças de Portugal e do Brazil as comissões de que estavam privadas, sendo a principal substancia do comercio, unindo este, de sorte que possa estabelecer as grossas cazas, que faltam nas referidas praças, depois que contra ellas prevaleceram aquelles interlopes ou contrabandistas do bem commum do mesmo Comercio. ...»

